

Gâmbia: fazer novos amigos, mas com riscos?

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

No dia 11 de Dezembro de 2015, o Presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, proclamou o país como “uma República Islâmica”, medida “[e]m linha com a identidade religiosa e valores”, visto que “os muçulmanos são a maioria”, representando 90% a 95% da população.¹

De maneira a reflectir o novo estatuto e oficializar a República Islâmica, um projecto-lei será submetido ao Parlamento e a bandeira será alterada. Não obstante os eventuais obstáculos legais e políticos a essa mudança² importa analisar as motivações por detrás do anúncio de Jammeh.

A concretizar-se, a Gâmbia deixará de ser um Estado secular para se juntar ao pequeno, mas relevante, clube das Repúblicas Islâmicas, constituído pelo Afeganistão, Bangladesh, Irão, Paquistão e Mauritânia.

Estratégia de sobrevivência

O estabelecimento da República Islâmica da Gâmbia garante a Jammeh uma dose crucial de legitimidade religiosa, tendo essa sido reforçada com o apoio a essa

medida demonstrado pelos líderes islâmicos, nomeadamente o Conselho Supremo Islâmico e os Anciãos Muçulmanos de Banjul.³

Essa legitimidade reforça os seus poderes políticos, podendo Jammeh usar a *Sharia* para silenciar a oposição, algo que poderá ser útil tendo em conta as eleições presidenciais agendadas para Dezembro de 2016. A isto acresce o uso de uma retórica anti-LGBT e anti-ocidental — que tem caracterizado o regime —, a qual representa uma abordagem eficaz para garantir o apoio dos gambianos. Esta é, em parte, uma estratégia de sobrevivência política.

Por outro lado, visa também contrariar o crescente isolamento internacional e as dificuldades económico-financeiras que daí decorrem. Desde que chegou ao poder em 1994, após um golpe de Estado, o regime do Presidente Jammeh tem sido acusado de constantes violações de direitos humanos — perseguição política, ilegalização da homossexualidade, entre outros —, o que por sua vez tem denegrido a sua imagem internacional. O abandono da Commonwealth em 2013, bem como a ameaça de abandonar a União Africana em Maio de 2015, agravaram essa tendência.

1 “Gambia’s president declares Islamic statehood” [Aljazeera, 12 de Dezembro de 2015].

2 De acordo com um membro da oposição, “existe uma cláusula constitucional que diz que a Gâmbia é um Estado secular”, podendo essa apenas ser removida somente através de referendo. *Ibid.*

3 “Gambia: Muslim Leaders Express Support for Islamic Republic Declaration” [The Daily Observer, 6 de Janeiro de 2016].



Um dos principais críticos do regime tem sido a União Europeia (UE). Em 2010, por força da violação do Acordo de Cotonou, Bruxelas bloqueou a transferência de €20 milhões em ajuda e em 2013 fez o mesmo com €13 milhões. Mais tarde, no seguimento da expulsão do *chargé d'affaires* da UE em Banjul, Bruxelas decidiu manter congelados €150 milhões.⁴

Ao impacto do bloqueio do financiamento da UE acresce a quebra de 60% no sector do turismo — representa 40% do PIB anual — em 2014, fruto do surto do Ébola,⁵ e da expulsão da Gâmbia, em Dezembro desse ano, de um programa de comércio preferencial dos EUA, o AGOA. Igualmente relevante foi o impacto económico-financeiro do corte de relações com o Irão⁶ e Taiwan.⁷

A Gâmbia tem também criado anticorpos ao nível regional. Em 2015 a CEDEAO tentou aprovar uma resolução que imporia um limite de dois mandatos aos chefes de Estado da organização. A resolução chumbou com os votos contra dos dois países cujos presidentes estão no poder há mais de dois mandatos: a Gâmbia e o Togo. A isto acresce o Senegal. As tensões e conflitos na região, em particular em Casamança, têm contribuído para a deterioração de relações e desconfiança mútua.

Ora, considerando o contexto internacional adverso, o regime tem vindo a procurar novos apoios e afirmar-se como uma potência sub-regional — tem vindo a perder influência sobre a Guiné-Bissau e Casamança para o Senegal. Dito isto, a politização da identidade islâmica e outras medidas como a retórica anti-LGBT e anti-ocidental, servem um propósito particular nesse sentido: aproximar e reforçar os laços com o mundo islâmico, nomeadamente com o Médio Oriente.

De acordo com um relatório da OCDE, entre 2006 e 2008 a UE era o principal doador da Gâmbia, representando 30% do total da ajuda financeira ao país. O Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), por seu turno, representava a única instituição islâmica entre os cinco principais doadores (22%). Em 2013, a UE manteve a primeira posição (29%) e o BID viu a sua participação descer para 16%. Contudo, nesse ano, duas entidades árabes entraram para o *ranking* dos cinco primeiros: os Emirados Árabes Unidos (EAU) passaram a ocupar o terceiro lugar (14%) e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico (BADEA) posicionou-se no quinto lugar (13%).⁸

O BID, sediado na Arábia Saudita — principal contribuidor, com mais de um quarto do capital total do banco —, já investiu em 109 projectos na Gâmbia (77 completos e 32 a decorrer), num total de US\$592 milhões.⁹ Por seu turno, o BADEA garantiu à Gâmbia US\$119 milhões em financiamento até Junho de 2015. De acordo com Sidi Ould Tah, director-geral do BADEA, a instituição pretende “reforçar a solidariedade” entre o mundo árabe e a Gâmbia.¹⁰

O regime tem ainda reforçado relações bilaterais na região. Em Novembro de 2014 Jammeh realizou uma visita oficial ao Qatar, país que já doou fundos para 243 projectos humanitários na Gâmbia.¹¹ A Arábia Saudita, o Kuwait, a Turquia e os EAU, foram também visitados pelo líder gambiano em anos recentes. O Kuwait, em particular, tem sido um dos grandes apoiantes de Jammeh desde que este assumiu o poder: dos 11 projectos em infra-estruturas financiados pelo Kuwait Fund desde 1977, oito foram realizados a partir de 1994.¹²

Implicações da aproximação ao mundo islâmico

Esta tendência poderá ter consequências geopolíticas profundas na África Ocidental, nomeadamente no que respeita à ligação entre o terrorismo transnacional e potências árabes.

Em 2010 a Wikileaks divulgou correspondência diplomática de Hillary Clinton, enquanto Secretária de Estado norte-americana, onde afirmava que “os doadores da Arábia Saudita constituem a fonte mais significativa de financiamento a grupos terroristas sunitas a nível mundial” e a mais relevante “base de apoio financeiro a grupos terroristas” como a al-Qaeda. A correspondência referia-se também aos EAU, Kuwait e Qatar nesse contexto.¹³ Com isto em mente, é possível afirmar que a dependência em relação a ajuda e financiamento do Médio Oriente poderá aumentar o risco de movimentos jihadistas se expandirem para a Gâmbia, bem como o potencial de radicalização interna.

De facto, os países mais frágeis da África Ocidental — incluindo a Gâmbia — apresentam uma combinação de factores que faz deles terreno fértil para a radicalização religiosa e extremismo violento, tais como a corrupção endémica, níveis elevados de desemprego e uma vasta população jovem com poucas perspectivas de futuro. Por outro lado, a Gâmbia é um pedaço de território rodeado

4 “EU to keep withholding aid from Gambia after expulsion: diplomats” (*Reuters*, 17 de Junho de 2015).

5 “The Gambia’s tourist industry reels from Ebola fallout” (*BBC News*, 7 de Janeiro de 2015).

6 Após o presidente da Comissão de Segurança Nacional e de Política Externa do Parlamento iraniano ter confirmado que armamento descoberto em contentores na Nigéria fora enviado por uma empresa privada iraniana e que tinha a Gâmbia como destino. “Gambia cuts ties with Iran and orders diplomats to go” (*BBC News*, 23 de Novembro de 2010).

7 “Gambia severs diplomatic ties with Taiwan” (*BBC News*, 15 de Novembro de 2013).

8 OECD, *Aid for Trade at a Glance 2015: Reducing Trade Costs for Inclusive, Sustainable Growth* (OECD, 2015), p. 330.

9 “IDB Group Operational Data” (*Islamic Development Bank*, 2015).

10 “Gambia: Govt, BADEA Ink U.S.\$10 Million Laminkoto-Passamas Road Project” (*The Daily Observer*, 19 de Agosto de 2015).

11 Como mesquitas, centros islâmicos, escolas e clínicas de saúde. “Gambia, Qatar to strengthen economic ties” (*The Point*, 20 de Novembro de 2014); e, “Qataris donate QAR1.7 Millions in humanitarian aid to Gambia” (*The Peninsula*, 27 de Outubro de 2015).

12 “Projects Information for Gambia up to 21-12-2015” (*Kuwait Fund*, 21 de Dezembro de 2015).

13 “US embassy cables: Hillary Clinton says Saudi Arabia ‘a critical source of terrorist funding’” (*The Guardian*, 5 de Dezembro de 2010).



pelo Senegal, o qual por sua vez partilha fronteiras porosas com uma região onde o extremismo islâmico tem vindo a expandir-se e com países que enfrentam ameaças jihadistas internas — a Mauritânia e o Mali. Nenhum dos países regionais tem instituições e forças de segurança suficientemente preparadas e capacitadas para controlar as respectivas fronteiras.

A isto acresce o impacto da Operação Barkhane, uma operação militar anti-insurgência liderada pela França e que actua na região da África Ocidental e Sahel. Esta deu um duro golpe na capacidade operacional e objectivos das organizações jihadistas no norte do Mali, forçando-os a procurar fontes adicionais de financiamento e outros centros operacionais nas fronteiras porosas a sul. Ora, os recentes ataques na capital do Mali e do Burkina Faso demonstram que essas organizações pretendem expandir-se para os Estados frágeis da África Ocidental. Tendo em conta a ameaça da expansão do jihadismo para a África Ocidental, a estratégia do regime de Jammeh poderá estar direccionada para evitar ataques em território nacional. Contudo, apesar do potencial de sucesso, existe o risco de essas organizações olharem para a Gâmbia como uma alternativa viável ao norte do Mali, i.e. um porto seguro para as suas operações.

Neste contexto, importa realçar o fenómeno do narcotráfico. A África Ocidental é uma das principais zonas de trânsito de cocaína oriunda da América Latina e com destino à Europa. Ao controlarem as rotas que atravessam o Sahel e o Sahara, os grupos terroristas na região têm no transporte de cocaína uma importante fonte de financiamento.¹⁴ Dito isto, dada a ligação entre estes grupos e a criminalidade organizada, bem como a presença do narcotráfico na Gâmbia — e o alegado envolvimento de Jammeh —,¹⁵ não será de descartar que o pequeno Estado africano se torne num importante centro de financiamento para organizações terroristas.

O aprofundamento do narcotráfico e do extremismo violento na Gâmbia terá repercussões ao nível da sua vizinhança. Por um lado, a Guiné-Bissau, que foi já denominada de primeiro narco-Estado do mundo, poderá ter no aumento dessas actividades criminosas na vizinha Gâmbia um factor adicional de instabilidade interna, fruto da instabilidade e conflitos institucionais, bem como da ligação das elites da Guiné-Bissau ao narcotráfico.

Por outro, não obstante o islão sufista ser dominante no Senegal, o aprofundamento da presença jihadista na Gâmbia facilitará a expansão de movimentos jihadistas para território senegalês, tirando partido das fronteiras porosas, da existência de várias escolas wahabitas, da vasta população jovem desempregada e da colaboração de Dakar com o Ocidente no combate ao terrorismo inter-

nacional, em particular no Mali. A isto acresce a exportação de ideologias radicais no Senegal, por via dos petrodólares e de organizações islâmicas apoiadas por países como a Arábia Saudita e o Qatar.¹⁶ A razão para o Senegal ser o único país não árabe a aderir à coligação liderada por Riade no lémen poderá ter sido motivada pelo eventual investimento saudita na economia nacional.¹⁷

Restabelecer laços perdidos

Um outro potencial objectivo do regime de Jammeh será restabelecer laços com o Irão. A reentrada do Irão na ordem global — fruto do acordo nuclear — e a sua afirmação como potência regional faz da reaproximação a Teerão uma abordagem lógica, na medida em que gera oportunidades comerciais e de investimento, bem como apoio político-diplomático de peso. Acresce ainda que Dakar restabeleceu relações com Teerão em Fevereiro de 2013, após ter posto fim às mesmas em 2011.¹⁸ Certamente que Jammeh não quer perder terreno para o Senegal no que respeita aos benefícios associados à normalização dos laços com o Irão. Por seu turno, os países da África Ocidental mais frágeis e dominados por regimes com uma retórica anti-ocidente, constituem terreno fértil para a promoção dos interesses e influência do Irão, quer através do financiamento e investimento, quer da formação do aparelho militar e da garantia de segurança.

Quando se discute a projecção internacional do Irão, importa ter em conta o papel do grupo Hezbollah, cujo principal apoiante, financiador e motor ideológico é o regime de Teerão. No que respeita à África Ocidental, empresas libanesas têm estado na linha da frente das operações do Hezbollah. Ao estar presente em economias pouco reguladas na região, estas operam como veículos de financiamento do grupo, através de actividades como a lavagem de dinheiro e tráfico ilegal de diamantes, drogas ou armas.¹⁹ Ora, em Fevereiro de 2011 o Departamento do Tesouro norte-americano colocou o Lebanese Canadian Bank, dono do Prime Bank na Gâmbia, na sua lista negra devido a laços com o Hezbollah. Em Junho de 2013 impôs sanções sobre quatro cidadãos libaneses a viver no Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Costa do Marfim por terem “organizado esforços de angariação de fundos, recrutado membros e, em alguns casos, apresentando-se como embaixadores do Departamento de Relações Externas do Hezbollah”. O Tesouro norte-americano adianta que estas sanções “expõem o alcance alarmante das actividades do Hezbollah e a sua determinação para criar uma rede mundial de finan-

14 Kathleen Caulderwood, “Drugs And Money In The Sahara: How The Global Cocaine Trade Is Funding North African Jihad” (*International Business Times*, 6 de Maio de 2015).

15 Christopher Kirkland, “Gambian President Accused of Being Part of the Drug Trade” (*Talking Drugs*, 9 de Dezembro de 2011).

16 Bacary Sambé, “The potential danger of religious radicalism in Senegal” (*Institute for Security Studies*, 27 de Junho de 2013).

17 Abdourahmane Dia, “Why is Senegal sending troops to Saudi Arabia?” (*BBC News*, 5 de Maio de 2015).

18 Devido aos contentores com armamento descobertos na Nigéria em 2010. Tamba Jean-Matthew, “Senegal and Iran resume diplomatic ties” (*Africa Review*, 7 de Fevereiro de 2013).

19 Alex McAnenny, “Iran in Africa” (*Center for Security Policy*, 2014).



ciamento e de recrutamento global para apoiar a violência e empreendimentos criminosos no mundo”.²⁰ Importa, deste modo, destacar as ligações do Hezbollah ao tráfico de cocaína para a Europa através da África Ocidental. A organização tem na população xiita libanesa expatriada na região e na América do Sul pontos de ligação do tráfico e o transporte da cocaína é feito através de regiões no Sahel controladas por redes criminosas associadas a organizações terroristas como a al-Qaeda.²¹ Dito isto, e considerando a postura anti-ocidente do regime de Jammeh, não será de excluir que o Hezbollah aprofunde os seus interesses económicos na Gâmbia e, dessa forma, use o país como veículo para expandir as suas actividades e apoiar a projecção iraniana na região. Existem, de facto, sinais de que Jammeh estará disposto a permitir a presença do Hezbollah e, naturalmente, do Irão. Em Junho de 2015, Jammeh reverteu a decisão de deportar Husayn Tajideen, um importador libanês de arroz e dono do maior centro comercial do país, acusado pelos EUA de garantir apoio financeiro ao Hezbollah.²² A isto acresce a não adesão da Gâmbia à aliança promovida pela Arábia Saudita para combater o terrorismo. Dado que essa aliança assenta, em parte, na contenção da esfera de influência iraniana no Médio Oriente, a ausência da Gâmbia poderá ser explicada pela vontade de Jammeh em não antagonizar Teerão. Para além disso, movimentos islâmicos xiitas, muitos

dos quais mantêm laços com o Hezbollah, têm vindo a expandir-se na África Ocidental.²³ Considerando que o Ayatollah é o líder e protector da comunidade xiita global, o crescimento desses movimentos na região contribui para aumentar a presença do Irão na região e atribui às autoridades iranianas um sentido de responsabilidade acrescido, na medida em que têm o dever de a proteger. Dito isto, importa ter em conta que para além de considerar o xiismo uma heresia, a monarquia saudita considera essa interpretação da fé islâmica como inseparável da política externa de Teerão.²⁴ Daqui decorre a necessidade de a Arábia Saudita e outras potências árabes conterem a expansão das comunidades xiitas para outras partes do globo, neste caso para a África Ocidental. Em suma, uma das consequências do aumento da pegada iraniana e xiita na África Ocidental será a difusão da disputa entre o xiismo e o sunismo para a região, o que a materializar-se potenciará um cada vez maior e mais frequente uso de forças *proxy*. Por outras palavras, promoverá a presença de grupos extremistas na região que professam as duas interpretações do islão, tendo o apoio das respectivas potências que se assumem como líderes e protectores das mesmas, isto é, dos países árabes — Arábia Saudita, Qatar e outros — e do Irão. Este é um jogo em que a mais recente República Islâmica do mundo — a Gâmbia — poderá assumir um papel de relevo.

20 “Treasury Identifies Lebanese Canadian Bank Sal as a “Primary Money Laundering Concern”” (*U.S. Department of the Treasury*, 10 de Fevereiro de 2011) e, “Treasury Sanctions Hizballah Operatives in West Africa” (*U.S. Department of the Treasury*, 11 de Junho de 2013).

21 Marco Vernaschi, “Guinea Bissau: Hezbollah, al Qaida and the Lebanese connection” (*Pulitzer Center*, 19 de Junho de 2009); e, “Party of Fraud: Hizballah’s Criminal Enterprises” (*The Washington Institute*, 22 de Março de 2012).

22 “Gambia rescinds expulsion of businessman accused of Hezbollah ties” (*Reuters*, 27 de Junho de 2015).

23 “Iran-Backed Chaos Spreads to Nigeria” (*The Tower*, 24 de Dezembro de 2015).

24 Paul Raymond e Jack Watling, “The Iranian-Saudi Proxy Wars Come to Mali” (*Foreign Policy*, 19 de Agosto de 2015).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiro



Mecenas

